



**Denise Pereira
(Organizadora)**

**Diversidades:
Diferentes,
não
Desiguais 2**

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 2 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-091-9

DOI 10.22533/at.ed.919190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO	
Francisca Maria da Silva Barbosa Iara Maria de Araújo Tatiane Bantim da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9191905021	
CAPÍTULO 2	14
DEL ESTIGMA AL SUJETX POLÍTICX: UNA ARQUEOLOGÍA DE LA MEMORIA HISTÓRICA TRANS SALVADOREÑA	
Amaral Arévalo	
DOI 10.22533/at.ed.9191905022	
CAPÍTULO 3	31
PRECISAMOS FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE	
Glaucy de Sousa Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9191905023	
CAPÍTULO 4	41
SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”	
Ingrit Machado Jeampietri de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.9191905024	
CAPÍTULO 5	54
RECORTES DA SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA EM OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO	
Ana Caroline Genésio Rodrigues Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9191905025	
CAPÍTULO 6	64
UM CHOPP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO	
Anselmo Lima de Oliveira Alfrancio Ferreira Dias Simone Silveira Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.9191905026	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO	
Júlia Castro John	
DOI 10.22533/at.ed.9191905027	
CAPÍTULO 8	80
TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO DIREITO BRASILEIRO	
Anna Christina Freire Barbosa Walney Moraes Sarmiento	
DOI 10.22533/at.ed.9191905028	

CAPÍTULO 9 91

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

David Sousa Garcês
Fábia Costa
Diêgo Matos Araújo Barros
Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz
Valeska Denise Sousa Garcês

DOI 10.22533/at.ed.9191905029

CAPÍTULO 10 100

UNIVERSIDADE PÚBLICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

Fabiana Nogueira Chaves
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.91919050210

CAPÍTULO 11 116

A ESCRITURA DE AUTORIA FEMININA EM A PAIXÃO DE LIA, DE BETTY MILAN, E AS DOZE CORES DO VERMELHO, DE HELENA PARENTE CUNHA

Giovanna de Araújo Leite

DOI 10.22533/at.ed.91919050211

CAPÍTULO 12 126

A INTERFACE DO SEMBLANTE E DA PULSÃO ESCÓPICA ATRAVÉS DO RELANCE DO RAPAZES ALEGRES EM QUEER EYE

Eider Madeiros
Hermano de França Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.91919050212

CAPÍTULO 13 138

A APROPRIAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA FICÇÃO COMO ARTIFÍCIO FIRMADOR DO DISCURSO MACHISTA

Raíssa Feitosa Soares
Emannuely Cabral de Figueiredo
Lissa Furtado Viana
Otávio Evangelista Cruz

DOI 10.22533/at.ed.91919050213

CAPÍTULO 14 147

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE KEHINDE E RAMI: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANA M. GONÇALVES E P. CHIZIANE

Aparecida Gomes Oliveira
Lídia Maria Nazaré Alves
Rhanielly Gomes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.91919050214

CAPÍTULO 15	158
A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA	
Sara Regina Santos Oliveira	
David Sousa Garcês	
Fábia Costa	
Diêgo Matos Araújo Barros	
Valeska Denise Sousa Garcês	
DOI 10.22533/at.ed.91919050215	
CAPÍTULO 16	166
A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Janayna Rocha Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.91919050216	
CAPÍTULO 17	180
A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA	
João Philippe Lima	
Daniela de Sousa Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.91919050217	
CAPÍTULO 18	190
AS REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PADRÃO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes	
Regina Moraes da Silva Araujo	
Lucas Paoly de Araujo Moraes	
José João Araujo Neto	
Janice Alves Trajano	
DOI 10.22533/at.ed.91919050218	
CAPÍTULO 19	197
BRASIL: A ÁFRICA NA AMÉRICA DO SUL	
Jorge Yuri Souza Aquino Leite Rodrigues Lins	
Maria Eduarda Henrique Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.91919050219	
CAPÍTULO 20	205
BRUXA E ADÚLTERA (A <i>GLORIOSA FAMÍLIA</i> (1997), DO ANGOLANO PEPETELA)	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.91919050220	
SOBRE A ORGANIZADORA	219

TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO

Júlia Castro John

Universidade Federal do Rio grande - RS

RESUMO: Este trabalho pretende adentrar a discussão sobre as configurações históricas gendradas e racializadas da estrutura do trabalho doméstico brasileiro. Busca, especificamente, desenvolver um pensamento acerca da extensão das implicações de raça e gênero para a formação desta relação de trabalho e poder a partir de importantes teóricas de gênero, feminismo, negritude e anti-racismo. Como metodologia utilizou-se da técnica de revisão da literatura. Isto é, em outras palavras, a nossa pesquisa foi bibliográfica. O método, por sua vez, considerou as perspectivas decoloniais e pós-identitárias. Neste sentido, buscou-se referencial teórico em Telles (2010), Gonzales (1984), Carneiro (2003), Evaristo (2015); possibilitando a concepção de que o trabalho doméstico recai principalmente sobre as mulheres negras. A partir disto, fez-se necessário pensar sobre estas sujeitas com Lugones (2014), Butler (2015) e Spivak (2010). Concebeu-se que a discussão sobre a formação do trabalho doméstico inclui o debate acerca das mulheres negras, demandando assim ruptura com os arquétipos da modernidade colonial. Isto porque se tratamos mulher e negro como categorias unitárias, homogêneas e

cindíveis; as mulheres negras, que são sempre intersecção entre as categorias, se tornam invisíveis, são excluídas da análise. Portanto, estudar as sujeitas subalternas na relação do trabalho doméstico torna imperativo transbordar o mundo binário das identidades sólidas, rígidas, dicotômicas e binárias. E, também, insurgente a organização de uma epistemologia de resistência a organização tradicional de poder, do discurso, do conhecimento e dos corpos. Esta pesquisa, portanto, pretende desvelar a compreensão da constituição deste grupos e das relações de poder que lhes são a eles inerentes.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho doméstico, gênero e raça.

INTRODUÇÃO

O presente texto busca a discussão acerca das intercepções de raça e gênero para a formação do trabalho doméstico. Para tanto, se concentrou em uma discussão acerca deste trabalho enquanto resquício escravocrata de cunho sexista que recai principalmente sobre as mulheres negras inseridas em uma estrutura de tríplice opressão sustentada pelo patriarcado, pelo racismo estrutural e pelo capitalismo. Busca-se entender a transição da escravidão ao trabalho assalariado no Brasil, discutir o destino dos negros e negras escravizados

pós-lei áurea, quais relações de trabalho foram possíveis a estes, quais tipos de oportunidades a estes foram disponibilizadas, onde habitavam e quais relações se produziram socialmente a partir deste sistema opressor.

Além desta reafirmada origem escravocrata do trabalho doméstico, é nosso objetivo discutir o estabelecimento do trabalho doméstico como umas das mais importantes categorias de trabalhos femininos, justificando assim a importância do estudo interseccional acerca do tema.

Nesse sentido, pode-se perceber que, assim como na maioria dos trabalhos precarizados, o trabalho doméstico é majoritariamente feminino. As mulheres recebem substancialmente menos que os homens e que as pessoas negras recebem substancialmente menos que as pessoas brancas, ocupando os mais precários postos de trabalho.

Conjuga-se estes dados à cultura patriarcal, que aponta às mulheres a responsabilidade por todo e qualquer trabalho doméstico, remunerado ou não, e o racismo que remete aos negros todo trabalho considerado braçal ou pouco intelectual. Estes elementos podem nos auxiliar na construção da questão central de pesquisa, isto é, como se formam as trabalhadoras domésticas. Em outras palavras, quais são os fundamentos da constituição do trabalho doméstico.

METODOLOGIA

O trabalho foi delineado buscando seguir um percurso metodológico decolonial e pósidentitário. Utilizaremos a técnica de revisão da literatura.

Do ponto de vista dos estudos decoloniais (LUGONES, 2015), as metodologias clássicas de pesquisa científica, fundadas sobre a filosofia e a epistemologia ocidental estão intimamente relacionadas com a colonialidade do conhecimento. Descolonizar metodologias significa uma compreensão mais crítica aos pressupostos subjacentes, motivações e valores que motivam as práticas de investigação.

Agora partindo da óptica de análise dos estudos pósidentitários (BUTLER, 2015), questiona-se as tentativas políticas de construção de identidades sólidas para as mais diversas sustentações ideológicas. Tais sustentações tendem a concepção de que opressões atuam de forma universal em determinadas categorias. Entretanto, quando esta é a estratégia de luta, não enxergamos a mulher negra, sujeita deste trabalho. Isto porque, quando se pensa identidades singulares, não há espaço para interseções; portanto, não há espaço para as mulheres negras já que estas se localizam no entrecruzamento de gênero e raça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um país como o Brasil, no qual houve um longo e traumático período de utilização da mão de obra escravizada, o advento da Lei Áurea (cabe-se dizer que

não por bondade dos escravizadores, mas por luta social e conjuntura econômica propícia) não finalizou o processo secular de exploração dos negros e, em especial, as mulheres negras. Este processo não acabou e não virá a acabar da noite para o dia, exclusivamente pela sanção de uma lei; ao contrário, a discriminação, o racismo, a exploração e expropriação da força de trabalho do povo preto continuam vigentes e trágicas. Se de um lado, o fim da escravidão não possibilitou ou, muito menos, garantiu meios para que o povo que havia sido escravizado conseguisse oportunidades de trabalho e sobrevivência; de outro lado, a elite não estava satisfeita com a ideia de limpar a própria sujeira.

Desse contexto, surge a categoria das trabalhadoras domésticas, mulheres negras que, em situação de gigantesca vulnerabilidade, submetiam-se a trabalhos, muitas vezes, tão degradantes quanto os da escravidão, em troca de baixo ou nenhum pagamento.

Adentrando a discussão sobre a transição da escravidão ao trabalho assalariado no Brasil, pode-se utilizar do teorizado por Lorena Féres da Silva Telles (2014) em “Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo. (1880 – 1920)”. Este traz trabalhadoras domésticas (escravas, libertas ou livres de nascença) como sujeitas de uma história esmiuçada, enquanto negra e feminina, e traz como conclusão a relação desta classe como herança escravocrata fortalecida com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943 que ignorou a categoria, sob a alegação de que as trabalhadoras domésticas desempenhavam atividades de caráter não econômico e também pela Constituição Federal de 1988 que limitou o acesso destas trabalhadoras a somente 9 dos 34 direitos garantidos aos demais trabalhadores. Ainda na conclusão deste, a autora introduz o que será discutido no item 2 deste artigo:

Apenas em 26 de março de 2013, quase 125 anos depois do fim da escravidão, a aprovação do projeto de emenda constitucional conhecido como, PEC das Domésticas” estendeu à categoria direitos básicos, como jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de horas extras e adicional noturno, fundo de garantia por tempo de serviço e seguro-desemprego. Benefícios como auxíliocreche, seguro para acidentes de trabalho e salário-família carecem ainda de regulamentação. (TELLES, 2014, p. 53)

Acerca desta categorização, importante lembrar de Lélia Gonzales em “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” com o trabalho doméstico em uma abordagem histórica relacionada ao conceito de Mucama, conforme expresso abaixo:

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito? Mas, quê era uma mucama? O Aurélio assim define: Mucama. (Do quimbundo mu“kama„amásia escrava”) S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar

Dessa forma, o trabalho doméstico se configura como uma perceptível herança escravocrata. As antigas amas de leite e mucamas hoje são domésticas, faxineiras, cozinheiras, lavadeiras e babás.

A análise histórica da construção das mulheres negras enquanto sujeitos sociais (PEREIRA, 2011, p. 2) faz notório o vínculo da mulher negra com a Casa Grande em razão da exploração sexual. Sobre isto, a presidenta da Federação Nacional das Domésticas (Fenatrad), Creuza Oliveira afirma, com propriedade e vivência:

Nós, mulheres negras, passamos de escravas que trabalhavam na casagrande para criadas, hoje nos chamam de empregadas domésticas. Nós lutamos para sermos reconhecidas como classe de trabalho, ou seja, trabalhadoras domésticas. Formamos uma das maiores categorias de mão-de-obra feminina.

Desta fala, percebe-se que, articulado ao sistema de marginilização da mão-de-obra feminina com a origem escravocrata que o direciona especificamente as pessoas negras, o fator cultural se mostra fundamental para compreensão do trabalho hoje. É às mulheres que se destina, profissionalmente ou não, todo o trabalho doméstico e é também, culturalmente, o negro que, como cantou Gilberto Gil, é “a mão da limpeza”. Cantou ainda, em consonância com as ideias expostas neste texto: “mesmo depois de abolida a escravidão / negra é a mão / de quem faz a limpeza / lavando a roupa encardida, esfregando o chão [...]”. Fica evidente então que a lógica que estrutura o trabalho doméstico como feminino é a mesma que o orienta para as negras.

Fica evidente então que a lógica que estrutura o trabalho doméstico como feminino é a mesma que o orienta para as mulheres negras. Pesquisa da Fundação Seade e do Dieese aponta que as mulheres negras ocupavam 95,4 do total de pessoas que prestam serviços domésticos, em São Paulo, em 2008. Neste mesmo local e ano, a mesma pesquisa, mostrou que as mulheres ocupavam 45,1% dos postos de trabalho. Em 2013, uma pesquisa dos mesmos institutos, considerando o período de 2004 a 2011, mostrou a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras em todas as regiões do país, sendo o Norte o único onde houve redução em apenas 0,3%. Porém, em todas as regiões e circunstâncias, a mulher negra tem uma remuneração inferior a da mulher não negra. Ainda segundo esta pesquisa, enquanto uma diarista negra recebe R\$ 5,34 pela hora trabalhada, a não negra ganha R\$ 6,94. Conclui-se a caracterização desta classe com a afirmação de Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007, p. 11), sobre a origem e concretização da mesma:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada

Dado que para os estudos pósidentitários as questões de gênero transbordam o mundo binário e exploram os tecidos corporais de uma leitura libertária de uma pluralidade de desejos (BUTLER, 2003).

Lugones (2014, p. 935) afirma que “a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade”, enfatizando que a lógica binária das identidades é central para o pensamento capitalista, colonial e moderno sobre raça e gênero. Em consonância, Butler (2015, p. 22) afirma sobre a especificidade do feminino:

descontextualizada, analítica e politicamente separa da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relação de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade.

Para além desta discussão que permeia a categoria mulher no feminismo, também podemos pensar, seguindo a mesma lógica, a reflexão sobre a categoria negro nos movimentos anti-racistas. Portanto, torna-se necessário para adentrar a discussão sobre a tríplice opressão da mulher negra, desolidificar as ideias acerca das identidades construções identitárias.

Na definição de Spivak em “Pode o subalterno falar?” (p.12), é reservada a subalternidade “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Tendo como sujeito a mulher negra, enxerga-se três mecanismos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem classe dominante: o racismo, o classismo e o sexismo. Como a mesma autora expressa (p.15) em relação a mulher, sendo passível de expansão para o negro e o pobre, são sujeitos que “não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”.

Na mesma obra, Spivak fala ainda diretamente à mulher que neste artigo nos interessa à mulher negra e pobre. Sustenta-se que a estas sujeitas se concede a condição de subalternidade e que a pobreza, o gênero e a cor fazem com que esta permaneça em um lugar ideologicamente demarcado. Ideia esta que podemos dar materialidade ao analisar as condições das trabalhadoras domésticas. O lugar destes sujeitos é periférico e marginal. A autora indica que refletir sobre a “mudez” feminina deve configurar-se um exercício de fala e de reposicionamento da mulher no espaço social.

Ainda sobre o silenciamento do subalternizado, em 1984, escrevia, o, então deputado federal, Abdias Nascimento: “o racismo brasileiro torna invisível e inaudível uma população de cerca de 80 milhões de brasileiros”. É este mesmo racismo que somado com o classismo e sexismo torna completamente silenciosa qualquer luta

ou resistência que as trabalhadoras domésticas possam travar. Sobre esta tríplice opressão (racismo, sexismo e classismo) colabora a reflexão de Audre Lorde que enquanto teórica, mulher negra e pobre afirma: “eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir” mostrando que a luta, como no caso das empregadas domésticas, deve ser interseccional, idealizando não só a conquista de direitos trabalhistas como a redução das desigualdades de gênero e também o combate ao racismo. É sob esta ótica que este trabalho adentra a discussão, tratando o tema como não apenas uma discussão trabalhista e classista, mas também como uma discussão feminista e anti-racista. Esta situação é perfeitamente caracterizada por Sueli Carneiro (2003, p. 01) na citação que segue:

Dessas contradições, impõem-se para as mulheres negras a sua afirmação como um novo sujeito político, portador de uma nova agenda, esta resultante de uma identidade específica na qual se articulam as variáveis de gênero, raça e classe, colocando novos e mais complexos desafios para realização da equidade de gênero e raça em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, quer-se dizer que este trabalho partiu da concepção bell hooks em que “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora ou revolucionária, mas cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça” para seguir em um percurso epistemológico decolonial e pós-identitário, proposto a, por meio da revisão bibliográfica, proporcionar reflexões acerca do trabalho doméstico. Justificamos esta realização pela consagrada importância do resgate da história das mulheres no Brasil. Sobretudo, resgate da história das mulheres negras.

Consideramos que o prosseguimento desta pesquisa pode contribuir para a compreensão da constituição do trabalho doméstico, desenvolvida pela divisão sexual do trabalho na escravidão negra e a partir do 14 de maio.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Lembrando Léia González. In, WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro, Criola/Pallas. 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dez. 2003. Disponível em . Acesso em: 08 de maio de 2016.

Creuza de Oliveira fala sobre a aprovação da PEC das Domésticas. Disponível em: http://seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/creuza-de-oliveira-fala-sobreaprovacao-da-pec-das-domesticas. Acesso em: 5 de julho de 2015.

CUNHA, Olívia. Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

EVARISTO, Conceição. Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. São Paulo: Badro negro, 2015.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GIL, Gilberto. A mão da Limpeza. Disponível em: <http://musica.com.br/artistas/gilberto> - gil/m/a-mao-da-limpeza/letra.html. Acesso em: 7 de julho de 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015. ISSN 0104-026X. Disponível em: . Acesso em: 08 maio 2016.

NEVES, Paulo Sérgio da C.. Luta antirracista: entre reconhecimento e redistribuição. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, Outubro, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TELLES, Lorena. Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo. (1880 – 1920). Rio de Janeiro.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais*. 2006. São Paulo: Unicamp.

PEREIRA, Bergan. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. 2011. São Paulo: PUC.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-091-9

